

CORPO E IDENTIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL: O PAPEL DO PROFESSOR NA (DES)CONSTRUÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE NO ESPAÇO ESCOLAR

Kleitton da Silva Rodrigues

Mestrando do Curso de Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde - MG, kleitondasilvarodrigues@gmail.com;

Terezinha Richartz

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora do Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR) - MG, terezinha@unincor.edu.br;

Resumo

Diferentemente das escolas de tempo parcial, a escola integral foca suas ações e metodologias no objetivo de desenvolver nos educandos suas habilidades e competências socioemocionais, para isso, fundamenta seus princípios na chamada pedagogia da presença, que consiste na ideia de educar por meio do exemplo de boas práticas. Sendo assim, por mais que a escola seja entendida como um espaço inclusivo e de respeito a diversidade, nem sempre essa ideia se aplica ao pensarmos nos indivíduos que destoam do padrão binário e heteronormativo. Infelizmente, é comum ouvirmos relatos de alunos que destoam desse padrão descreverem o sofrimento por não serem respeitados e compreendidos em suas subjetividades, sendo, muitas das vezes, rotulados e excluídos no espaço escolar. Desse forma, cabe a seguinte questão, a escola de tempo integral visa desenvolver as habilidades socioemocionais com o auxílio da ampliação do tempo, ou sua ampliação do tempo consiste em dar mais tempo para corrigir o que não encaixa nos padrões sociais? O

objetivo do trabalho em questão é justamente observar como esses professores têm contribuído na desconstrução/construção dos padrões heteronormativos no espaço escolar, buscando compreender como as práticas e metodologias desses profissionais tem contribuído na autoaceitação dos alunos que destoam desses padrões. Para isso, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, por meios de textos, livros, artigos e periódicos; considerando também as atribuições de diversos autores, especialmente Michael Foucault. Os dados apontam que grande parte dos professores mantêm uma perspectiva heteronormativa voltada para o desenvolvimento de uma pedagogia corretiva desses alunos divergentes.

Palavras-chave: Docente, identidade de gênero, corpo, socioemocional.

Introdução

Enquanto uma temática a tempos requerida nos mais diversos documentos que regulamentam a educação em nosso país, os conteúdos sobre gênero e sexualidade quase nunca tem sido abordados e discutidos de forma respeitosa e científica da maneira que merecem, seja no âmbito político ou no próprio contexto escolar e social. Ainda tem sido frequentes os discursos do senso comum que limitam as discussões dessas temáticas ao âmbito privado das relações sociais, todavia, é urgente que essas discussões se aprofundem e se tornem comuns nas escolas brasileiras, pois, dessa forma, seria possível dar visibilidade, respeito e dignidade a todos os cidadãos independente da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

É importante que se entenda que a subjetividade de quem somos é um direito de existência, que cada corpo que ocupa um espaço, principalmente no âmbito das instituições de ensino básico, também precisam ser respeitados. Desconstruir a heteronormatividade nessas instituições é de fundamental importância, pois pensar em uma formação integral do indivíduo requer uma nova postura frente a diversidade que caracteriza, não só a sociedade, mas também o espaço escolar, afinal de contas, transformar o espaço escolar é uma consequência das mudanças que temos vivido em âmbito social. (ABED, 2014).

Para tanto, é essencial que todos os educadores estejam envolvidos nesse processo, cada um precisa repensar sua prática pedagógica no sentido de construir uma nova percepção acerca das múltiplas identidades de gênero que permeiam a sociedade e os estabelecimentos de ensino. Dessa forma, seria possível que os alunos que destoam do padrão binário de gênero possam permanecer na escola sem serem vítimas de violências que os negligenciam e os excluem do processo de aprendizagem.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo identificar de que forma esses “corpos destoantes” são percebidos e entendidos pelos educadores na escola de tempo integral e como essa percepção tem interferido na (des)construção da heteronormatividade nesse espaço. Para Abed (2014), o professor precisa ter sensibilidade em relação as individualidades de cada aluno, bem como não assimilar sua reponsabilidade nesse processo como um fardo em suas atividades pedagógicos. Dessa forma, é importante refletirmos acerca do como

os educadores tem contribuído nessa (des)construção da heteronormatividade a partir da prática ou não de pedagogias corretivas.

Com o intuito de provocar reflexões e debates sobre as questões que norteiam tal artigo, foi realizado um estudo bibliográfico de autores que tratam das temáticas de gênero e sexualidade como, por exemplo, Joan Scott e a categorização do gênero como uma construção histórica fundamentada na distinção entre os sexos; Judith Butler e a performatividade na identidade de gênero; Michel Foucault e a afirmação da sexualidade e do gênero como constructos históricos a partir de uma determinada necessidade social baseada nas relações de poder; Guacira Louro que reafirma as concepções de Foucault sobre gênero e sexualidade fazendo um paralelo com as práticas pedagógicas no espaço escolar como meios de controle e manutenção dos corpos.

Metodologia

Para elaboração deste trabalho, foi realizada uma revisão de literatura com o intuito de verificar como a temática em questão vem sendo analisada e interpretada por diferentes pesquisadores, bem como fundamentar a construção de novas percepções. Para Rampazzo (2002, p.64) a pesquisa bibliográfica merece tratamento destacado, porque estará presente em qualquer processo de pesquisa. Com efeito, a respeito de quase tudo que se deseje pesquisar, algo já foi pesquisado de forma mais básica, ou idêntica ou correlata.

Em cada uma das etapas houveram processos individuais que contribuíram para uma melhor análise e interpretação das informações coletadas. Na 1ª etapa, foi utilizado como base para a elaboração do tema uma questão norteadora: como a ação pedagógica dos professores na escola de tempo integral tem contribuído para a construção ou para a desconstrução dos padrões heteronormativos no espaço escolar?. Na 2ª etapa, foram levantadas bibliografias, por meio eletrônico e digital, que tratavam sobre teorias e análise de dados relacionados aos conceitos básicos e centrais para este trabalho. Autores como Abed (O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da Educação Básica); Butler (Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista); Louro (Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões

teórico-metodológicas; Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade); Scott (Gênero: uma categoria útil de análise histórica); Foucault (Vigiar e punir: história das violências nas prisões), dentre outros descritos no referencial que muito contribuíram para uma melhor interpretação.

Nas 3ª e 4ª etapas, foram utilizados como referência estatística para fundamentação quantitativa, uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo intitulado “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais?”, que nos forneceu dados para a construção dos resultados desta pesquisa. Para tanto, os dados foram organizados, analisados e interpretados para a utilização do mesmo neste trabalho.

Na 5ª e última etapa, após as leituras e análise dos dados, prosseguiu-se com a construção dissertativa deste artigo, que buscou promover uma discussão teórica acerca da questão problema utilizando conceitos e teorias que permitiram interpretar o papel do professor em relação a construção ou desconstrução da heteronormatividade na escola.

Referencial teórico

Atualmente as temáticas envolvendo gênero e sexualidade no espaço escolar tem ganhado cada vez mais força, não só pelo processo de conscientização fruto das lutas dos movimentos sociais, mas também como forma de garantir direitos básicos ligados ao ser humano. Desde a redemocratização do país, as ideias ligadas a Educação Sexual foram avançando cada vez mais. Com a Constituição de 1988, as questões relacionadas a cidadania e direitos começaram a ser incorporados nos mais diversos discursos políticos que fizeram com que as questões de gênero e sexualidade passassem a ter destaque. Todavia, grupos conservadores tem propagado discursos que atacam à igualdade de gênero e reforçam a homofobia, tão característicos da realidade brasileira. Esses discursos acabam dificultando que se desenvolvam políticas públicas que proporcionem a construção de ações afirmativas de combate a tais práticas.

Segundo Ribeiro e Monteiro (2020), com o crescimento do conservadorismo, do fundamentalismo religioso e da repressão, os ataques as ações pró-questões de gênero e sexualidade tem dificultado os debates em prol da luta pela democracia e da garantia de direitos que

visem a igualdade entre os indivíduos, levando a uma onda de ignorância que tem se espalhado pelo país. A escola, por sua vez, também tem sido alvo dessa ignorância pelo fato de sofrer forte influência política e ideológica da sociedade.

Para Nunes (1987), “[...] a Sexualidade é sempre uma área de saber e de investigação essencialmente polêmica, visto que envolve-se com elementos de ordem religiosa e ética de diferentes conotações e universos sociais ou subjetivos” (apud MONTEIRO; RIBEIRO, 2020, p. 03). Por causa dessa polêmica, que muitos pais e professores acabam preferindo não falar sobre sexo, gênero e sexualidade no espaço escolar.

Outro ponto importante, refere-se as concepções de gênero e sexualidade que ainda são mal compreendidas por grande parte da população. Para muitos, há um fundamento biológico que justifica certas ações e formas de pensar como sendo específicas de homens e mulheres. Conforme Louro (2007), na sexualidade há um determinismo biológico muito mais enraizado em relação a ideia de gênero. A grande maioria das teorias ainda se prendem a fatores biológicos quando se pensa a questão sexual. Todavia, apesar da diversidade em relação as teorias sobre sexualidade, a maioria dos estudiosos entende que a sexualidade se sobrepõe a questão do corpo, ela envolve fantasias, valores, linguagens, rituais e comportamentos ligados a expressão dessa sexualidade.

Faz-se necessário uma nova interpretação que sobreponha o fundamento biológico em detrimento de um contexto sócio histórico. Segundo Foucault (1988 apud LOURO, 2007), tanto a sexualidade quanto o gênero são constructos históricos, ou seja, são construções idealizadas a partir da necessidade de se suprir uma determinada urgência em termos sociais. Essa relação estabelecida entre o gênero e a sexualidade como processos históricos, também os relaciona as questões de poder, pois ambos os conceitos, se apresentam como espaços de manifestação de certos tipos de poder. Assim, podemos destacar um viés político nessas questões que também interferem diretamente no espaço escolar.

Com isso observa-se que ao pensar as relações desiguais entre homens e mulheres há uma construção social fundada na desigualdade sexual. Assim, o termo gênero além de referir-se a construções culturais ligados aos papéis adequados a homens e mulheres, também

representa uma forma de se referir às origens sociais das identidades subjetivas de cada um. (SCOTT, 1995).

Em seu artigo “Gênero: uma categoria de análise histórica”, Scott (1995) contribui de forma significativa ao conceituar o gênero como uma construção histórica fundamentada na distinção entre os sexos, tornando esse conceito muito importante na definição de um sentido para essa diferença biológica. Nas palavras da autora, “com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Percebe-se com isso que, de fato, há um entendimento comum de construção sócio histórica em relação ao gênero desnaturalizando a concepção, empiricamente comum, de que os papéis de gênero são inerentes as diferenças biológicas. Para Butler (2018, p. 3), “o gênero não é de modo algum um identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade construída de forma tênue no tempo”. Há, dessa forma, uma performatividade na chamada identidade de gênero que, por sua vez, também é acompanhada por sanções e tabus, o que reforça a necessidade de cumprimento desses papéis.

Desse modo, emerge novos paradigmas embalados por essa divisão entre masculino/feminino e reforçado pelo segunda onda do movimento feminista. Em destaque temos a análise do gênero agora não mais somente ligado a uma questão de lugares (feminino e masculino), mas sim entre pessoas, coisas, discursos e as mais diversas situações vividas. (RIBEIRO; MONTEIRO, 2020).

Em relação a sexualidade, também há um caráter sócio cultural que o constrói. Segundo Ribeiro, em função da racionalidade e outras características mentais relacionadas ao pensamento e a imaginação, os seres humanos podem manifestar sua sexualidade para além dos seus fundamentos biológicos. Diferentemente do sexo, no sentido do ato sexual propriamente dito, a sexualidade “refere-se a um saber sexual, decorrente da incitação à manifestação sexual verbal e escrita” (RIBEIRO, 2005, p. 18).

Apesar da sua essência biológica, a concepção e as percepções existentes sobre o sexo, são construída historicamente a partir das transformações socioculturais ao longo do tempo. “Reconhecer uma matriz biológica na sexualidade não implica reduzi-la ao biológico.”

(RIBEIRO; MONTEIRO, 2020). No entanto, socialmente, o que se observa é a crença persistente de que o biológico determina as expressões da sexualidade, ou seja, a ideia de reprodução ligada ao caráter biológico da sexualidade é entendido como determinante natural para um comportamento heterossexual.

Para a construção de uma nova mentalidade sobre as questões que envolvem o gênero e a sexualidade é de fundamental importância incluir nessa discussão o papel que as escolas possuem nesse processo, principalmente aqueles voltados para a formação integral dos educandos por meio da chamada educação em período integral. De acordo com Pereira e Bahia (2011), a escola é parte fundamental no processo de emancipação da sociedade em relação as perspectivas preconceituosas que sustentam argumentos machistas, misóginos e homofóbicos.

Através da educação integral, por exemplo, pressupõe-se que há uma construção de possibilidades através de um processo interativo, que envolve o ser humano como um todo, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, social e afetivo. Sendo assim, o espaço destinado a esta modalidade de educação deve valorizar a experimentação, a pesquisa e as interações entre os educandos e deste com o corpo docente, oferecendo oportunidades de acesso à diversidade de conhecimentos, proporcionando prazer e promovendo um ensino de qualidade, pois, a “educação em tempo integral deve apresentar novos horizontes e perceptivas educacionais para não evidenciar a tendências de fazer em mais tempo aquilo que se faz hoje”. (PARO, 1988, p. 13).

Abed (2018, p. 05) ressalta que durante o período final do século XX e o século XXI “vêm sendo marcados por um processo cada vez mais acelerado de mudanças na sociedade, nas relações do trabalho, no cotidiano das pessoas, na infância de nossas crianças”. Com isso, torna-se necessário pensar em uma educação integral capaz de fornecer o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, por meio de uma educação baseada no contexto contemporâneo, buscando uma formação integral dos alunos, fornecendo-lhes uma real capacidade para que se desenvolvam de forma equilibrada entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, de forma, que estes alunos saibam se comunicar de maneira eficaz, que sejam capazes de solucionar problemas, estando apto a nova experiências.

Dessa forma, a escola em período integral tem sido um importante espaço para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos educandos envolvidos. Entende-se como habilidades socioemocionais “um conjunto de comportamentos emitidos em um contexto interpessoal que expressam sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de modo adequado à situação, respeitando esses comportamentos nos demais.” (PALANKOF; SOUZA, 2018, p. 03). Essas habilidades permitirão um melhor desenvolvimento do educando não só em termos cognitivos, mas também no sentido humano. Conforme destaca Gavras (2018, p. 02), “o ideal seria que as crianças pudessem desenvolver essas habilidades desde as primeiras séries, mas o impacto desse trabalho é visível mesmo nos nossos alunos de Ensino Médio”, de forma que tais ações os tornam mais sociáveis, críticos e tolerantes.”

Todavia, ao pensarmos nas etapas e processos ligados a essa construção junto aos educandos, precisamos ter em mente que o professor é peça fundamental. Segundo Abed (2016, p. 25) “é o professor que estrutura e configura a cena pedagógica. Cabe a ele construir as melhores condições possíveis para seus alunos se desenvolverem em todas as suas habilidades”. Assim sendo, é de grande importância que todo professor seja também um pesquisador, não só no sentido do desenvolvimento técnico e teórico, mas também a partir de uma perspectiva que o leve a autoavaliação da prática, pois, dessa forma, é possível que se crie a autopercepção de que o seu papel vai além das aulas ministradas, que de fato ser professor é ser mediador do processo ensino aprendizagem por meio de ações e situações significativas que perpassam pela concepção do aluno enquanto sujeitos ativos nesse processo.

Outro ponto importante na construção das habilidades socioemocionais, está na forma como cada professor entenderá o desenvolvimento dessas habilidades. Não se pode pensa-las como mais uma tarefa pedagógica, é necessário que tal atitude seja entendida pelo professor como mais um passo na melhora das relações no ambiente escolar. Infelizmente, a sobrecarga de trabalho acaba sendo um aspecto que contribui de forma negativa na construção dessa entendimento.

Diante do exposto, vale a pena refletirmos sobre a seguinte situação problema: como tem sido a ação docente nas escolas de tempo integral em relação a construção dessas competências

socioemocionais junto aos alunos que possuem uma identidade de gênero divergente do padrão binário e heteronormativo amplamente assimilado pela maioria dos indivíduos na sociedade? Infelizmente o que ainda percebemos é um grande despreparo de muitos professores que continuam negligenciando a existência desses indivíduos no espaço escolar. Segundo Louro (2018), muitos professores ainda tem reproduzido um discurso do senso comum de que falar sobre outras sexualidades e identidades de gênero divergentes do padrão heteronormativo podem levar os alunos a “mudarem sua opção sexual e a forma como devem ser”.

De acordo com o estudo desenvolvido pela Fundação Perseu Abramo intitulado “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais?”, observa-se que 60% dos professores reconhecem que não tem base para lidar com a diversidade sexual. Além do mais, grande parte dos professores se quer conseguem estabelecer uma diferenciação entre os conceitos de identidade de gênero e sexualidade. Para muitos, inclusive, sexualidade está ligada apenas a práticas sexuais e, portanto, caberia ao professor apenas orientar e tirar dúvidas sobre prevenção as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e prevenção a gravidez na adolescência.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil realizada em 2016, em relação ao público participante da pesquisa, cerca de 56,9% nunca haviam ouvido sobre questões LGBTQI+ em sala de aula e 16,7% afirmaram que as questões envolvendo tais temáticas que chagavam a ser abordadas possuíam conotação negativa, ou seja, a grande maioria dos professores não se sentem a vontade em trabalhar essas questões em sala de aula. Outro ponto importante, diz respeito a sensação de segurança no espaço escola. Infelizmente, cerca de 60% dos participantes sentem-se inseguros na escola em função da sua orientação sexual e 43% inseguras em relação a sua identidade de gênero. Percebemos com isso que a escola ainda não é vista ou percebida como um lugar seguro e de respeito a essa diversidade, ou seja, tal postura reafirma a evasão compulsória que cerca a população LGBTQ+. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2016).

A ausência desse entendimento, bem como a falta de uma compreensão holística da diversidade existente na escola, leva muitos professores a reforçarem a concepção de que esse espaço é voltado

para construção de uma formação escolar e científica, portanto, caberia a ele auxiliar nesse processo disciplinar de recondução dos indivíduos aos padrões e modelos de comportamento e formas de pensar socialmente aceitos. (FOUCAULT, 1999).

Para Foucault (1999), em toda e qualquer sociedade o corpo sempre estará preso a imposição de limitações e proibições baseadas nos poderes dominantes dessa sociedade. Dessa forma, por mais que o modelo de ensino integral se proponha a despertar em seus educandos suas competências socioemocionais, esse desenvolvimento perpassa pelos limitadores sociais relacionados ao gênero e a sexualidade, justamente pelo fato de muitos educadores ignorarem a subjetividade das identidades de gênero e sexualidades, e reduzirem essas questões a opção do indivíduo que, por sua vez, é retratado como alguém que precisa ser reconduzido aos padrões sociais corretos, ou seja, vemos um reforço da chamada pedagogia corretiva. (Louro, 2020).

Resultados e discussão

Por meio deste estudo, identificou-se que há um desconhecimento por parte da grande maioria dos educadores em relação as questões que envolvem os estudos sobre gênero e sexualidade, bem como uma interpretação errônea acerca do papel do estudo dessas questões no espaço escolar. Para muitos, os padrões de comportamento condizentes ao padrão binário de gênero socialmente construído, é a maneira natural de encarar e definir as questões de gênero na escola, ou seja, ser homem e ser mulher são processos naturais ligados a condições biológicas de cada gênero.

Segundo Louro (2007, p.68) “currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe – são construídos por essas distinções, e ao mesmo tempo, seus produtores”. Dessa forma, podemos observar que os professores continuam reforçando padrões e modelos heteronormativos, justamente por estarem rodeados de modelos e ferramentas que legitimam este processo, pois, se não há um entendimento crítico acerca dos conceitos e teorias básicas sobre a necessidade da desconstrução da heteronormatividade, a reprodução desse padrão torna-se inevitável.

Outro ponto importante que corrobora para a reafirmação do professor como agente na construção e manutenção da heteronormatividade no espaço escolar, consiste na padronização e na disciplina, tão presentes na realidade escolar. Para Foucault (1999), tanto a disciplina como a padronização, seja dos uniformes ou do próprio espaço escolar, por exemplo, fabricam indivíduos como objetos direcionados a manutenção do status quo. Dessa forma, há a necessidade de que todos se encaixem e sejam encaixados aos modelos e padrões socialmente construídos e definidos como corretos a serem seguidos. Por isso que a pedagogia “corretiva” é tão presente nessa realidade, pois, “aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados “próprios” de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes”. (LOURO, 2020, p.80).

Dessa forma, a “vigilância” e a padronização dos corpos ainda são uma realidade em diferentes escolas do nosso país. Seja pela falta de formações mais constantes, ou pela própria necessidade de se reconstruir todo um modelo escolar, esses indivíduos destoantes continuam sendo vítimas da discriminação e do preconceito nesses espaços que, infelizmente, são reforçados de forma implícita ou explícita por muitos professores que reproduzem a binaridade de gênero como única padrão a ser seguido e fundamentando seus discursos em “biologismos” que em nada determinam a construção social dos corpos em nossa sociedade.

Considerações finais

Por meio desta pesquisa, podemos observar que falta uma maior capacitação dos educadores da educação básica em relação a diversidade existente no espaço escolar, bem como de um melhor entendimento acerca dessas “diferenças”, não como algo que precisa ser corrigido, mas sim respeitado em suas particularidades. É urgente que se compreenda que a identidade de gênero, assim como a orientação sexual de cada um que frequenta o espaço escolar, não é determinado biologicamente e que, portanto, cabe a cada um respeitar essas subjetividades.

Infelizmente, faltam não apenas formações para esses educadores, mas também um melhor entendimento acerca do que se

compreende por empatia, pois, a mesma, não se aplica apenas aos iguais, mas também as “diferenças” existentes na escola e na sociedade como um todo. Não é possível falar em uma formação acadêmica, se não houver um comprometimento humano acerca do direito a existência dos alunos que destoam do padrão binário e heteronormativo na escola. Visto que, não se pode pensar em uma formação não heteronormativa se não começarmos pela aceitação desses indivíduos como são.

A escola, por sua vez, precisa ser repensada, reestruturada, de maneira que pais, alunos e educadores construam um novo entendimento do papel dessa instituição para a sociedade. É importante que surjam mais pesquisas acerca da temática gênero e sexualidade no espaço escola, em especial na escola de tempo integral, que tem se expandido cada vez mais na sociedade brasileira e, que tem como foco central, o desenvolvimento socioemocional dos alunos como um todo, todavia, sob qual perspectiva tem se fundamentada esse modelo?. Não podemos esquecer que ao ampliarmos o tempo de permanência de um aluno em uma escola, temos que ter em mente que mais influências se farão presentes na vida desse aluno, principalmente por parte professor, com quem passará um tempo significativo da sua adolescência.

Portanto, é importante que tenhamos mais pesquisas nessa área, não só voltadas para o entendimento das práticas pedagógicas, mas também do impacto que tais práticas tem sobre os alunos que destoam do padrão binário e heteronormativo, pois assim como em outras modalidades de ensino, esses alunos se fazem presentes. Dessa forma, é primordial que novos estudos sejam feitos, de maneira que possam resultar em uma melhor compreensão, por parte dos educadores, acerca dessa realidade tão plural e tão marcante nas escolas da educação básica brasileira.

Referências

ABED, Anita Lilian Zuppo. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da Educação Básica**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ABGLT, ABGLT (Org.). **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais.** Curitiba: ABGLT, 2016.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Cadernos de Leitura**, [S. l.], n. 78, 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história das violências nas prisões. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: Intolerância e respeito às diferenças sexuais?**. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/02/13/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-as-diferencas-sexuais/>. Acesso em: 01 abr.2021.

GAVRAS, Douglas. Competências socioemocionais de A a Z: glossário para usar na sala de aula. **Nova Escola**, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12178/competencias-socioemocionais-de-a-a-z>. Acesso em: 10 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 201-218, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 3, n. 4, p. 62-70, 25 maio 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer.** 3 ed. Belo Horizonte: autêntica, 2020.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, v. 1, p. e202011, p. 1 – 24, 1 maio 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Seqüência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PALANKOF, Kelly Simone de Melo Silva; SOUZA, Dayse Ariane. **Desenvolvimento das habilidades socioemocionais tem potencial para modificar o cenário da saúde e educação no Brasil**. 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA1_8_ID6812_06082018010520.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

PARO, Vítor Henrique. et al. (Org.). *Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público*. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1988.

PERERIA, G.R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 51-71, jan./abr., 2011.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 2002.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, Ana Cláudia; MAIA, Ari Fernando (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p. 17-32.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, ano 20, n. 02, p. 71-99, jul. 1995.

SILVA, Carlos Daniel da. Educação Brasileira: as contradições deste processo histórico da Colonização à República. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12., 2015, Curitiba, **Anais ...** Curitiba: PUCPR, 2015. p. 14285-14301. Disponível: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20026_9700.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.